

Conhece alguém que não sabe os efeitos da destruição dos serviços públicos para o Brasil?

Estamos na semana que antecede eleições para a Presidência da República e marcam na sexta-feira, 28, o Dia do Servidor Público. Somos mais de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o Brasil, federais, estaduais e municipais, que na absoluta maioria sabem a importância do Estado brasileiro e do que representam os direitos do povo assegurados em nossa Constituição.

Nos últimos quatro anos sofremos duros ataques do atual governo que não esconde a intenção de destruir os serviços públicos e entregar todos os nossos direitos para o lucro desmedido de poucos. Para além do arrocho salarial que ao final desse ano deve ultrapassar 32% em perdas salariais, fomos constantemente atacados, inclusive com ofensas. Esse foi o primeiro governo em vinte anos a não conceder qualquer reposição salarial ao funcionalismo público.

Chamados de "parasitas" pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e ameaçados com uma "granada" em nossos bolsos, seguimos enfrentando riscos em meio a pandemia de Covid-19 que por políticas irresponsáveis tirou mais de 600 mil vidas brasileiras. Enfrentando cortes bilionários em setores essenciais seguimos lutando para que a população tivesse acesso a serviços essenciais que são obrigação do Estado fornecer.

O atual governo tenta nesse momento a reeleição sem esconder sua intenção de seguir com sua política de destruição dos serviços públicos. A reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes (PEC 32/20) segue como prioridade desse governo e seus aliados políticos. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, declarou recentemente a intenção em aprovar a

proposta considerada por especialistas a pior peça de Administração Pública já enviada ao Congresso Nacional.

Nas ruas e nas redes

Entidades filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confetam, Fenasepe, Condsef/Fenadsef, CNTE, CNTSS e Proifes, que compõem a Aliança das Três Esferas, publicaram manifesto pela reconstrução e transformação do Brasil por meio do fortalecimento dos serviços públicos. Nos estados devem acontecer atividades com panfletagem nos dias 27 e 28 e diálogo com a sociedade. As entidades destacam a importância da luta em defesa dos serviços e políticas públicas que vem sofrendo ataques e cortes orçamentários preocupantes ao longo dos últimos quatro anos de governo Bolsonaro. Você também pode contribuir com essa luta nas redes sociais.

Esse governo que aí está representa arrocho salarial, menos concursos e sucateamento do serviço público. Seguimos denunciando os ataques a nossos direitos e convidamos você a fazer parte dessa luta que é de todos nós.

Compartilhe com aqueles que ainda não conhecem os efeitos da política aplicada pelo governo Bolsonaro no desmonte dos serviços públicos.

Chega de destruição e retrocesso. Diga sim a seus direitos e a um Brasil com mais e melhores serviços públicos para a população.

#CancelaAReforma
#SOSServiçosPúblicos
#28Outubro #DiaDoServidor

Fonte: Condsef

Parabéns!!!

O Sindsep/MA completa mais um aniversário. 32 anos de muita luta; e você filiado, está convidado a participar conosco dessa comemoração. Teremos apresentação musical, tambor de crioula, vídeos, corte do bolo.

Na defesa e na luta; o tempo todo com você!

1º / NOV
9 às 17 horas
Sindsep/MA
Sede/São Luís(MA)



SINDSEP/MA 32 ANOS

Programação Comemorativa

Local: Auditório do SINDSEP (São Luís/MA)

Data: 01 de novembro, das 9 às 17h

Convidados: Servidores Públicos federais aposentados, pensionistas e ativos.

Manhã (09 às 11 horas)

Abertura

João Carlos Lima Martins
(Presidente do Sindsep/MA)

Apresentação Cultural

Tambor de Crioula

Vídeos - Sindsep/MA

Tarde (15 às 17 horas)

Mesa de Abertura

Presidente do SINDSEP/MA -
João Carlos Lima Martins,
Representante da CONDSEF -
José Figueiredo, Presidente
da CUT - Manoel Lages.

Hino do SINDSEP/MA

Fátima Passarinho

Apresentação musical

Wan Santiago

Assédio eleitoral: Donos de lojas terão de pagar R\$ 10 mil por trabalhador coagido

Os patrões do comércio de todo o país que praticarem assédio eleitoral serão obrigados a pagar R\$ 10 mil para cada trabalhador ou trabalhadora ameaçado, molestado ou constrangido a votar no candidato do empregador.

A decisão é do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) que expediu, nesta terça-feira (25), uma liminar contra a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) atendendo uma ação civil pública da CUT, UGT e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs-CUT).

As entidades pediram medidas mais duras contra o assédio eleitoral no comércio, que estão pressionando trabalhadores a votar no presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição que está em segundo lugar em todas as pesquisas de intenções de voto, bem atrás do ex-presidente Lula (PT).

A liminar, expedida pelo desembargador Antonio Umberto de Souza Junior, proíbe empresas e empresários do setor do comércio de todo o país de coagirem trabalhadores no seu candidato.

No despacho, o desembargador determina ainda que a CNC oriente as entidades filiadas por meio de comunicados institucionais em seu site e disparo de mensagens sobre a proibição de assédio eleitoral.

E mais: o desembargador decidiu que as empresas estão

FATOS

- ✓ Seu chefe não controla o seu voto
- ✓ Seu voto é secreto
- ✓ Influenciar funcionários/as na eleição É CRIME
- ✓ Você pode denunciar

obrigadas a permitir que as entidades sindicais tenham livre acesso aos locais de trabalho, para esclarecimentos a respeito do direito ao voto livre.

Denúncias de assédio eleitoral explodem no 2º turno

Desde o dia 3 de outubro, quando ficou definido que haveria segundo turno entre Lula e Bolsonaro, aumentaram as denúncias de patrões assediando trabalhadores para votar no atual presidente. Eles ameaçam reduzir investimentos, demitir e até oferecem dinheiro. Isso é crime.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), as denúncias de assédio eleitoral contra trabalhadores da iniciativa privada e servidores aumentaram 2.577% entre o primeiro e o segundo turnos da eleição.

Frigorífico multado em R\$ 1 milhão

Na quarta-feira (26), a Justiça do Trabalho determinou que

os frigoríficos Serradão e Frigobet, de Betim, Minas Gerais, divulguem comunicado informando funcionários de que eles têm o direito de escolher seus candidatos.

Caso a decisão seja descumprida, as empresas serão submetidas a uma multa de ao menos R\$ 40 mil por dia, podendo chegar a R\$ 1 milhão.

As empresas foram denunciadas pelo MPT após realizarem evento no qual obrigaram funcionários a vestir camisa com as cores verde e amarela, além do número e slogan de Bolsonaro.

Onde denunciar

Os casos podem ser denunciados no site do MPT (mpt.mp.br) e pelo aplicativo MPT Pardal. As denúncias também podem ser feitas no Portal da CUT Nacional (cut.org.br) e na plataforma na internet das centrais sindicais (assedioeleitoralecrime.com.br).

Fonte: CUT